



COMISSÃO
EUROPEIA

ALTA REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 18.5.2015
JOIN(2015) 22 final

COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

A UE e a ASEAN: uma Parceria com um Objetivo Estratégico

COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

A UE e a ASEAN: uma Parceria com um Objetivo Estratégico

1. Introdução

A União Europeia tem um interesse estratégico em reforçar as suas relações com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)¹. Uma ASEAN forte, solidária e ciente do seu valor, que prossegue o seu próprio processo de integração, é um fator positivo para a estabilidade, a prosperidade e a segurança da região e cria novas perspectivas de cooperação face aos desafios a nível regional e mundial. A ASEAN combina elevadas taxas de crescimento económico com um forte dinamismo demográfico. Globalmente, a ASEAN é a sétima maior economia do mundo, com capacidade para se tornar a quarta maior até 2050. Estima-se que a jovem classe média dos países da ASEAN venha a representar 65 % da sua população total em 2030, contra 24 % em 2010. A ASEAN está também no centro dos esforços desenvolvidos para edificar uma segurança regional mais sólida na região mais vasta Ásia-Pacífico. É essencial que a ASEAN esteja unida e ciente do seu valor para poder garantir que os desafios que se colocam a nível regional sejam enfrentados com base em regras, o que é não só do interesse direto dos habitantes da região, mas também da União Europeia.

A UE tem, pois, um enorme interesse em que ASEAN seja coroada de êxito.

Atualmente, as relações entre a UE e a ASEAN caracterizam-se por uma nova dinâmica, que ambas as Partes têm interesse em manter. São muitos os que na ASEAN manifestaram o desejo de um maior empenhamento da UE e da edificação de uma «parceria estratégica» oficial. Por seu lado, a UE tem um enorme interesse a nível económico, setorial e político em reforçar a sua cooperação com este ator incontornável numa região de importância estratégica.

A ASEAN está a trabalhar na criação, até ao final de 2015, da Comunidade Económica da ASEAN (AEC) e a elaborar a sua Visão pós-2015, incluindo o modo como encara as suas relações com a UE e os seus outros parceiros de diálogo. É, pois, por este motivo que chegou o momento de formular uma visão das futuras relações UE-ASEAN.

Embora sejam «parceiras na integração», a ASEAN e a UE diferem substancialmente em termos dos níveis médios de desenvolvimento económico, da natureza dos seus sistemas políticos e da capacidade institucional. A ASEAN terá de fazer face aos problemas colocados, nomeadamente, pelo seu processo decisório totalmente intergovernamental assente em consenso, pelo financiamento do seu orçamento (apenas 16 000 000 dólares US por ano, provenientes de contribuições iguais de cada um dos seus Estados membros), e pela necessidade de atribuir mais competências ao seu Secretariado. Simultaneamente, a UE e a ASEAN partilham o mesmo empenhamento em «constituir uma Comunidade» e consideram que um desenvolvimento sustentável e uma integração assente em regras são a melhor forma de garantir a segurança e a prosperidade aos seus cidadãos (mais de 1,1 mil milhões no total). A estratégia UE-2020 poderá servir de inspiração para definir a visão e o programa pós-2015 da ASEAN.

O facto de a UE investir na sua relação com a ASEAN trará benefícios substanciais para a União, tanto do ponto de vista económico como político. Por seu lado, a ASEAN aprecia positivamente o papel que a UE pode desempenhar num contexto regional marcado por uma concorrência estratégica cada vez mais acesa.

¹ Os Estados membros da ASEAN são os seguintes: Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Mianmar/Birmânia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname.

Mais do que qualquer outro parceiro de diálogo, a UE pode ajudar a ASEAN a realizar os seus objetivos de integração enquanto parceiro de confiança, sem preconizar um modelo específico.

Para a UE, é fundamental desenvolver um empenhamento mais profundo com a ASEAN na perspetiva de uma estratégia asiática mais equilibrada. Nos últimos anos, a UE:

- Aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático;
- Intensificou e reorientou a sua cooperação, construindo uma parceria mais ambiciosa e mais política, como previsto no plano de ação do Brunei (2013-2017)², o quadro geral da cooperação UE-ASEAN, incluindo no que respeita às inúmeras atividades dos Estados-Membros da UE;
- Participou em mais visitas de alto nível; e
- Lançou novas iniciativas para um envolvimento concreto em domínios prioritários.

A ASEAN registou e congratulou-se com o empenhamento de que deu mostras a União Europeia; agora é necessário conferir um novo impulso e concretizar a decisão conjunta tomada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN e da UE, em julho de 2014, de «converter a nossa relação numa relação estratégica». Para que as relações UE-ASEAN passem para um nível superior, será necessário tirar partido, completando-as, das relações bilaterais já ricas e multifacetadas existentes entre a UE e cada um dos países membros da ASEAN; trata-se de um processo em que as Partes se reforçam mutuamente.

2. Conectividade: captar a essência da integração regional

A conectividade é atualmente o principal projeto federador da ASEAN. Os seus objetivos centrais foram definidos no Plano Diretor da ASEAN para a Conectividade de 2010, cujo objetivo geral consiste em aproximar as empresas, as populações e as instituições eliminando todo o tipo de barreiras³. Embora reconhecendo a importância das infraestruturas materiais, o *Plano Diretor* salienta o papel fundamental que desempenha igualmente um quadro regulamentar estimulante e uma identidade comum que ligue os países da ASEAN entre si, bem como com o resto do mundo. A UE — em si mesmo um exemplo de integração regional — assenta igualmente na conectividade (ainda que a terminologia não seja a mesma). É com a União Europeia, mais do que com qualquer outro parceiro, que a ASEAN pode debater, por exemplo, os ensinamentos adquiridos com a criação de sistemas integrados de transportes a nível continental, que criam um mercado interno e aproximam as pessoas.

A reunião ministerial UE-ASEAN realizada em julho de 2014, em Bruxelas, confirmou o interesse mútuo de que se reveste a cooperação em matéria de conectividade. Muitas das iniciativas setoriais a que se refere a presente Comunicação devem ser vistas no contexto da vontade de colocar a cooperação em matéria de conectividade no centro das relações UE-ASEAN.

A região do Baixo Mekong (Camboja, RDP do Laos, Mianmar/Birmânia e Vietname) está a desenvolver-se rapidamente, mas dela fazem parte alguns dos países mais pobres e menos conectados da ASEAN. Atualmente, o rendimento nacional bruto *per capita* do país mais rico da ASEAN é 26 vezes superior ao do país mais pobre (na UE, este rácio é inferior a 1:4)⁴. A atenuação das desigualdades de desenvolvimento será reveladora da conectividade intra-ASEAN e uma condição essencial para o êxito da Comunidade Económica da ASEAN.

² O Plano de Ação de Bandar Seri Begawan para consolidar a parceria reforçada ASEAN-UE (2013-2017), http://eeas.europa.eu/asean/docs/plan_of_action_en.pdf.

³ <http://www.asean.org/resources/publications/asean-publications/item/master-plan-on-asean-connectivity-2>.

⁴ Dados do Banco Mundial, 2013.

A cooperação para o desenvolvimento da UE enquadra-se perfeitamente no âmbito da iniciativa da ASEAN em prol da integração, que insiste fortemente na necessidade de aproximar os níveis de desenvolvimento dos países do Baixo Mekong dos níveis dos países membros da ASEAN mais ricos. Esta última poderá beneficiar da experiência da UE em matéria de integração e coesão.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Promover um diálogo regular e sistemático entre a UE e a ASEAN em matéria de conectividade — na sequência do êxito da visita, a Bruxelas e ao Luxemburgo, do Comité de Coordenação da Conectividade da ASEAN (ACCC), teve lugar um primeiro diálogo em Naypyidaw (Mianmar/Birmânia), em setembro de 2014;
- Constituir um grupo de trabalho sobre conectividade, que funcionará como interlocutor perante o ACCC e que ficará encarregado de fazer avançar as diferentes atividades da UE em apoio da conectividade da ASEAN;
- Continuar a apoiar os países do Baixo Mekong nos esforços que desenvolvem para reduzir as disparidades de desenvolvimento intra-ASEAN, bem como para se interligarem entre si. Para o efeito, a UE triplicará a sua ajuda bilateral aos países do Mekong, que passará de 607 milhões de euros (2007-2013) para 1 705 milhões de euros (2014-2020);
- Apoiar projetos suscetíveis de beneficiar de financiamento bancário relativos à conectividade regional nos domínios dos transportes, da energia e das infraestruturas urbanas⁵. A criação de um mecanismo de assistência técnica ASEAN (com uma dotação de 1,1 milhão de euros e que ficará operacional em meados de 2015), ajudará a identificar projetos e a realizar estudos de viabilidade;
- Combinar subvenções da UE com empréstimos das instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Europeu de Investimento (BEI), com vista a promover o desenvolvimento de uma economia verde na região da ASEAN através da Facilidade de Investimento para a Ásia (FIA);
- Partilhar a experiência da UE em matéria de gestão eficaz das bacias hidrográficas, como, por exemplo, a estratégia para a região do Danúbio;
- Propor um diálogo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros consagrado à região do Baixo Mekong para debater questões regionais e a assistência da UE em curso; e
- Partilhar a experiência da UE no que respeita à criação de um mercado interno de bens e serviços, à medida que a ASEAN vai avançando na realização da sua Comunidade Económica.

2.1. Fomentar o comércio, o investimento e os negócios

Os fluxos comerciais e de investimento entre a UE e a ASEAN intensificaram-se consideravelmente na última década. Atualmente, em termos globais, a ASEAN é o terceiro maior parceiro comercial da UE fora da Europa (a seguir aos Estados Unidos e à China) e a UE é o segundo parceiro comercial da ASEAN (a seguir à China), tendo o seu comércio bilateral de bens e serviços atingido 238 mil milhões de euros em 2013. A UE é igualmente responsável por um sólido volume de investimento na região da ASEAN, que ultrapassa os 156 mil milhões de euros e representa a maior percentagem de investimento direto estrangeiro total na ASEAN (cerca de um quarto). Apesar de mais recente, o fenómeno do investimento da

⁵ Os programas específicos da UE, financiados no âmbito do programa ICD, incluem o projeto de integração dos transportes aéreos ASEAN (AATIP), o programa relativo a estatísticas e controlo da integração entre a UE e a ASEAN (COMPASS), o apoio da UE ao ensino superior na região da ASEAN (EU-SHARE), o programa de gestão das fronteiras e das migrações entre a UE e a ASEAN e a Iniciativa de Diálogo Regional Reforçado UE-ASEAN (E-READI);

ASEAN na Europa também tem crescido de forma constante, para atingir um volume superior a 57 mil milhões de euros no final de 2013.

Apesar destes montantes consideráveis, há ainda uma grande margem para a intensificação das relações comerciais entre a UE e a ASEAN. Esta está prestes a tornar-se um mercado único de mais de 600 milhões de consumidores, com uma classe média em crescimento, o que oferece perspectivas extraordinárias às empresas europeias em matéria de investimento e de exportações.

A UE está ativamente empenhada na região da ASEAN e cada vez mais com cada um dos Estados que dela fazem parte. As negociações com vista à assinatura de acordos bilaterais de comércio livre (ACL) foram lançadas, primeiro com Singapura, em 2010, e posteriormente com a Malásia, o Vietname e a Tailândia. As negociações para um ACL entre a UE e Singapura foram concluídas em outubro de 2014 e as negociações relativas a um ACL vasto e ambicioso com o Vietname, que poderão servir de referência para outras negociações da UE na região, estão quase concluídas.

No período de 2014-2020, a UE consagrará cerca de metade da assistência financeira que concede à ASEAN (85 milhões de euros) para apoiar a conectividade da ASEAN graças a uma integração económica sustentável e inclusiva e o comércio. Para o efeito, mobilizará igualmente recursos da Facilidade de Investimento para a Ásia (FIA), combinando subvenções da UE com empréstimos do BEI e outras instituições financeiras internacionais.

Além dos acordos de comércio e da assistência financeira, a UE trabalhará igualmente com a ASEAN no sentido de promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Este trabalho consistirá na promoção de um enquadramento propício às empresas noutros países, na eliminação dos obstáculos não pautais, na harmonização das normas, no reforço do Estado de direito e na aplicação de normas internacionais de trabalho. O diálogo UE-ASEAN em curso sobre investigação e inovação deverá também desempenhar um papel fundamental no apoio ao crescimento socioeconómico.

Apenas 13 % das PME da UE exercem atividades fora das fronteiras da União⁶. A criação de oportunidades de negócios para as PME europeias nos países da ASEAN requer, nomeadamente, a melhoria do quadro regulamentar, do acesso a financiamento, da proteção dos direitos de propriedade intelectual e do acesso ao mercado (incluindo os contratos públicos), bem como o desenvolvimento da governação das empresas.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Fazer passar as relações comerciais com a ASEAN para um nível superior, nomeadamente instaurando consultas periódicas entre os Ministros da Economia e trabalhando no sentido da celebração de um acordo de comércio livre ambicioso entre as duas regiões, assente nos acordos bilaterais existentes entre os Estados-Membros da UE e os Estados da ASEAN, que contribuirão para a realização deste objetivo;
- Melhorar as perspectivas económicas para as PME graças, nomeadamente, a instrumentos como o Programa «UE Gateway» e às novas possibilidades comerciais que se abrem à UE no Sudeste Asiático, o Conselho Empresarial ASEAN-UE e à elaboração conjunta de projetos suscetíveis de beneficiar de financiamento bancário para apoio do desenvolvimento de uma economia verde, a serem cofinanciados com subvenções da UE e empréstimos das instituições financeiras europeias e internacionais através da Facilidade de Investimento para a Ásia (AIF);

⁶ Segundo a *Eurochambres*, apenas 13 % das PME da UE exercem atividades a nível internacional fora da União e cerca de 9,7 % das PME da indústria transformadora exportam mercadorias para países fora das fronteiras da UE. Prevê-se que nos próximos cinco anos 90 % do crescimento mundial tenha lugar fora da Europa.

- Explorar com o BEI e os bancos de desenvolvimento que operam na região da ASEAN formas de melhorar o acesso ao financiamento com vista a promover a internacionalização das PME;
- Reforçar o diálogo e a cooperação UE-ASEAN no domínio das medidas sanitárias e fitossanitárias, com base em normas internacionais, a fim de facilitar as trocas comerciais e eliminar os obstáculos ao comércio existentes de natureza sanitária e fitossanitária;
- Apoiar o reforço da cooperação entre as agências fronteiriças para combater a fraude aduaneira, incentivando ao mesmo tempo o comércio legítimo, a transparência e a não discriminação entre operadores económicos, incluindo através de assistência técnica (como no caso do projeto-piloto da ASEAN relativo ao Sistema de Trânsito Informatizado) no âmbito do programa ARISE da UE;
- Encetar um diálogo com a ASEAN, a fim de melhorar a compreensão mútua dos quadros regulamentares e de política industrial. O setor dos produtos químicos, por exemplo, poderá beneficiar de um intercâmbio de melhores práticas sobre a implementação das normas mundiais, como as do Sistema Mundial Harmonizado das Nações Unidas relativo à classificação e rotulagem, bem como explorar áreas de interesse comum;
- Promover a cooperação entre empresas e entre grupos de empresas, o acesso ao financiamento e o reforço das capacidades regionais em matéria de normalização com base em normas reconhecidas internacionalmente e nos princípios da OMC;
- Instaurar um diálogo sobre direitos de propriedade intelectual, o governo das sociedades e a responsabilidade social das empresas, a proteção do consumidor, a cooperação judiciária (especialmente em direito comercial internacional) e sobre uma melhor aplicação das normas internacionais de trabalho;
- Promover diálogos setoriais em domínios de interesse mútuo, incluindo:
 - normas regionais e internacionais aplicáveis à *indústria automóvel e à saúde e medicina*;
 - *navegação por satélite, observação da Terra, programa Copernicus e questões relativas ao espaço*, tendo em vista a adoção de uma estratégia de cooperação a longo prazo apoiada por bolsas de investigação Horizonte 2020 nestes domínios;
 - *o setor da indústria da defesa*, a fim de apoiar a internacionalização da indústria europeia da defesa, nomeadamente graças à realização de eventos específicos destinados a aproximar as empresas da UE e as da ASEAN⁷; e
 - *tecnologias da informação e da comunicação*, com destaque para as aplicações TIC em benefício dos cidadãos, harmonização e gestão do espetro, operações de busca e salvamento, gestão do crescimento das comunicações móveis e televisão digital e radiodifusão.

2.2. Transportes

A aviação civil é fundamental para garantir uma boa conectividade tanto no seio da ASEAN como entre a UE e a ASEAN. Metade do aumento do tráfego mundial nos próximos 20 anos far-se-á com destino, com proveniência ou no interior da região Ásia-Pacífico, cuja parte representará, até 2030, cerca de 40 % do mercado mundial. Prevê-se que nos próximos 20 anos o tráfego aéreo entre a UE e a região da ASEAN aumente 65 %, devido, em parte, ao aumento do turismo.

⁷ Ver Comunicações COM(2013) 542 e COM(2014) 387 da Comissão. Podem ser organizados encontros entre empresas no âmbito do Programa COSME, o Programa da UE para a Competitividade das Empresas e as Pequenas e Médias Empresas.

A comunicação da Comissão de 2012 intitulada *A política externa da UE no setor da aviação*⁸ sublinhou a importância do mercado único da aviação civil da ASEAN, que permitirá estabelecer uma cooperação mais estreita entre as duas regiões e que, ao combinar liberalização e regulamentação do mercado, poderá constituir uma referência para a ASEAN. Nos últimos trinta anos, a UE passou por um processo semelhante que culminou hoje num mercado único europeu da aviação plenamente integrado.

A UE presta assistência técnica à ASEAN a fim de a dotar das capacidades institucionais necessárias que lhe permitam criar um mercado único da aviação seguro e sustentável, através do Projeto de integração dos transportes aéreos ASEAN (AATIP), implementado em estreita cooperação com a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA).

Os progressos realizados pela ASEAN na criação de um mercado interno da aviação preparam igualmente o terreno para a intensificação da cooperação entre as duas regiões. A Cimeira UE-ASEAN sobre aviação, realizada em fevereiro de 2014, e os trabalhos posteriores do grupo de trabalho UE-ASEAN sobre aviação foram determinantes a este respeito.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Reforçar o diálogo sobre aviação no intuito de, nomeadamente, lançar negociações oficiais entre as duas regiões com vista a um acordo sobre aviação civil; e
- Apoiar o desenvolvimento de sistemas de transporte urbano melhorados, cofinanciados pelo BEI, pelos bancos de desenvolvimento dos Estados-Membros da UE e/ou pela AIF.

2.3. Investigação, inovação e contactos entre as populações

A intensificação dos contactos entre as populações é um elemento fundamental para o aprofundamento da parceria UE-ASEAN. Esses contactos abrangem tanto o diálogo e a cooperação no domínio da investigação e da inovação, como os intercâmbios de estudantes do ensino superior e de investigadores. A forte participação da ASEAN no Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da UE (2007-2013) permitiu realizar 103 projetos, tendo a contribuição da UE atingido os 20 milhões de euros.

Todos os anos, cerca de 250 estudantes da ASEAN recebem bolsas de estudo no âmbito do Programa da UE Erasmus Mundus, ao qual sucedeu agora o Programa Erasmus+, e além disso, alguns Estados-Membros da UE concedem ainda um grande número de bolsas de estudo. No total, mais de 4 000 estudantes da ASEAN estudam todos os anos na Europa graças a bolsas de estudo financiadas pela UE e pelos seus Estados-Membros.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Reforçar a cooperação da UE no âmbito do novo programa de investigação e inovação, Horizonte 2020⁹, nos domínios prioritários identificados conjuntamente por altos funcionários no âmbito do diálogo UE-ASEAN sobre investigação e inovação, em agosto de 2014 (e posteriormente);
- Alargar a cooperação no domínio da educação, incluindo através da partilha da experiência da UE em matéria de modernização e internacionalização do ensino superior e de reformas do sistema educativo (por exemplo, impacto sobre os quadros das habilitações, garantia de qualidade,

⁸ COM(2012) 556 final.

⁹ Além do Programa Horizonte 2020, os instrumentos a utilizar são o diálogo UE-ASEAN no domínio da investigação e da inovação, já referido, e o futuro plano de ação da ASEAN para a ciência, a tecnologia e a inovação (APASTI, 2015-2020).

sistemas de acreditação e reconhecimento mútuo de diplomas) através de projetos do Programa Erasmus + e do Programa da UE de apoio ao ensino superior na região da ASEAN (EU-SHARE);

- Organizar feiras do ensino superior e intercâmbios académicos (no âmbito do apoio da UE à promoção da conectividade da ASEAN no setor da educação);
- Prosseguir o diálogo e a cooperação sobre questões de migração e mobilidade, como a migração legal e os vistos, a migração ilegal e o regresso e readmissão de migrantes em situação irregular, o tráfico de seres humanos, as migrações e o desenvolvimento, bem como a proteção internacional (asilo e outras formas de proteção internacional);
- Cooperar com os Estados membros da ASEAN em matéria de turismo sustentável, com base na experiência em curso na Tailândia, no Mianmar/na Birmânia e no Vietname; e
- Promover a participação de intervenientes não estatais e de organizações da sociedade civil (OSC) nos processos de integração regional.

3. Uma parceria mais verde para um futuro sustentável

A região da ASEAN dispõe de importantes recursos naturais que permitem realizar um vasto leque de atividades económicas e assegurar meios de subsistência. Embora ocupe apenas 3 % da superfície terrestre total do globo, esta região caracteriza-se por uma enorme diversidade biológica e serve de *habitat* natural a mais de 20 % das espécies animais e vegetais conhecidas. No entanto, o crescimento demográfico e económico exerce uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais da região; a escassez de água, a exploração madeireira ilegal, a conversão florestal, a drenagem das turfeiras e os incêndios florestais conduzem à perda de biodiversidade e a um forte aumento das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), bem como a problemas de saúde e prejuízos económicos. A região tem também outros problemas, como a escassez de água e uma má gestão dos resíduos, o que contribui para agravar o problema do lixo marinho a nível mundial.

A região da ASEAN possui a terceira maior floresta tropical do mundo, na qual se regista o aumento mais rápido das emissões de GEE decorrentes da desflorestação e da degradação florestal: emite atualmente 260 milhões de toneladas de CO² por ano, de um total mundial de 810 milhões.

A região do Sudeste Asiático é propensa a catástrofes naturais, relacionadas, em parte, com as alterações climáticas. As catástrofes provocaram um elevado número de mortos (especialmente, o tsunami, em 2004, o ciclone Nargis, em 2008, e o super tufão Haiyan, em 2013) não só entre as populações da ASEAN, mas também dos cidadãos da UE. A União tem vindo desde há vários anos a ajudar os países da ASEAN, nomeadamente através do Programa DIPECHO, a melhorarem as suas capacidades de intervenção de urgência e de alerta rápido para fazer face a catástrofes naturais e de origem humana e partilha os ensinamentos adquiridos com a criação de mecanismos eficazes de assistência consular. Além de ser um dos principais financiadores do Centro de Coordenação da Assistência Humanitária da ASEAN (AHA), a UE reforçou igualmente as suas ligações com as estruturas nacionais de resposta a catástrofes, designadamente as de Mianmar/Birmânia e das Filipinas. Ao apoiarem o desenvolvimento pós-2015 do «Acordo da ASEAN relativo à gestão de catástrofes e intervenções de emergência» (AADMER), e em conformidade com o Quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes¹⁰, a UE e a ASEAN empenhar-se-ão em melhorar a capacidade de resiliência das populações face às catástrofes, bem como em reduzir os riscos, nomeadamente nas zonas urbanas.

¹⁰ http://www.wcdrr.org/uploads/Sendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_2015-2030.pdf

Por força das suas responsabilidades a nível mundial, a UE e a ASEAN têm ambas interesse em desenvolver entre si um diálogo mais eficaz em matéria de alterações climáticas. Perseguem o objetivo comum de manter o aumento da temperatura média abaixo dos 2 °C e de fazer a transição para economias e sociedades hipocarbónicas e resilientes face às alterações climáticas; a UE está disposta a ajudar a ASEAN a integrar as alterações climáticas na sua visão pós-2015, nomeadamente através de financiamento específico a título do domínio prioritário «Alterações climáticas, ambiente e gestão de catástrofes» do seu programa regional 2014-2020. Apoiará as ações desenvolvidas em matéria de atenuação, adaptação e resiliência, bem como a cooperação na gestão de catástrofes, oferecendo simultaneamente a possibilidade de lutar, de forma integrada, contra as alterações climáticas e as suas causas profundas.

O plano de ação da UE relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no setor florestal (FLEGT) visa melhorar a governação neste setor e promover o comércio de produtos de madeira abatida legalmente e de forma sustentável, constituindo uma base sólida para intensificar o diálogo e desenvolver as capacidades na ASEAN. A UE está empenhada na negociação ou implementação de acordos de parceria voluntários FLEGT com a maioria dos países da ASEAN e, neste sentido, tem apoiado a cooperação a nível regional¹¹. Além disso, contribui com 3 mil milhões de dólares US para as políticas climáticas das Nações Unidas e para incentivos à redução das emissões resultantes da desflorestação e da degradação florestal (REDD +). Incentivará igualmente os membros da ASEAN a elaborarem estratégias sólidas e ambiciosas em matéria de REDD +.

A poluição provocada pela bruma seca é um problema que afeta vários países da ASEAN, como a Indonésia, a Malásia e Singapura. A combustão lenta e os incêndios nas turfeiras e noutros terrenos, alimentados pela conversão das florestas, afetam a qualidade do ar, a saúde das populações e a economia local. Em alguns casos, a poluição é tão forte que as autoridades locais decretaram o estado de emergência. As emissões de gases com efeito de estufa provenientes da drenagem e/ou da combustão de turfeiras são vetores importantes das alterações climáticas e contribuem para o facto de a região da ASEAN figurar entre os grandes emissores mundiais de gases com efeito de estufa. O projeto de gestão das turfeiras no Sudeste Asiático (SEApet), financiado pela UE, ajudou os países da ASEAN a elaborarem e implementarem planos de ação nacionais para essas florestas. Este projeto prevê a realização de atividades alternativas geradoras de rendimentos, bem como métodos de prevenção de incêndios, como a queima controlada. Para o período de 2014-2020, está previsto um novo financiamento para o projeto relativo à utilização sustentável das turfeiras e à atenuação da bruma seca na ASEAN (20 milhões de euros), bem como para o projeto de gestão da biodiversidade e das zonas protegidas na ASEAN (10 milhões de euros).

Nos próximos anos, o setor da energia irá desempenhar um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento socioeconómico e à conectividade, no respeito dos objetivos ambientais e climáticos. O intercâmbio de experiências e de boas práticas e a demonstração de soluções inovadoras, *inclusive* nos domínios da redução das emissões de CO₂, da eficiência energética e da redução da procura, bem como do desenvolvimento de fontes de energia renováveis, podem constituir uma base para um diálogo construtivo sobre energia e alterações climáticas. A investigação e a inovação, incluindo a demonstração e a implantação de soluções inovadoras para os problemas acima referidos, serão contempladas no diálogo UE-ASEAN.

¹¹ Um acordo de parceria voluntário (APV) é um acordo comercial juridicamente vinculativo celebrado entre a União Europeia e um país terceiro produtor de madeira. Um APV visa garantir que a madeira e os produtos de madeira exportados para a UE provêm de fontes legais. Em 2014 foi concluído um APV entre a UE e a Indonésia e estão em curso negociações para APV com o Laos, a Malásia, a Tailândia e o Vietname. O Camboja e o Mianmar entraram numa fase preparatória. Está atualmente em curso um diálogo FLEGT com as Filipinas.

A utilização sustentável dos recursos naturais passa também pela luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada («pesca INN»), que tem repercussões graves a nível ambiental, económico e da segurança. A UE continua empenhada a nível internacional na luta contra a pesca INN, empenhamento essencial para promover uma melhor governação internacional dos oceanos. Por seu lado, a ASEAN declarou igualmente que se tratava de uma prioridade importante.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Reforçar a colaboração UE-ASEAN em matéria de luta contra as alterações climáticas e instaurar um diálogo sobre políticas ambientais e em matéria de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Plano de Ação do Brunei e com base na experiência adquirida pela UE em termos de desenvolvimento sustentável a nível do continente, de integração da política climática e de conversão da Europa numa economia hipocarbónica e de alta eficiência energética;
- Reforçar o apoio aos esforços desenvolvidos pela ASEAN para lutar contra as alterações climáticas, proteger o ambiente e promover um crescimento verde e sustentável através do programa de cooperação regional da UE (mais de 60 milhões de euros dos 170 milhões de euros afetados para o período de 2014-2020), bem como através da AIF e do programa SWITCH Ásia¹²;
- Apoiar, em especial, os esforços dos países do Baixo Mekong no que diz respeito ao eixo água - energia - segurança alimentar, ao desenvolvimento de uma agricultura melhorada e sustentável, à segurança alimentar (incluindo a segurança dos alimentos), a sistemas de gestão dos recursos naturais através, nomeadamente, da promoção do diálogo com representantes da região do Danúbio;
- Reforçar as estratégias regionais dos programas FLEGT e REDD +, elaborando nomeadamente novos programas REDD+ de redução de emissões a nível nacional ou de província/distrito a fim de fazer face, de forma mais eficaz e através de ações transfronteiras, às causas da desflorestação e da degradação das florestas, e de aceder a pagamentos REDD+ em função dos resultados obtidos, a título da Facilidade UE-REDD, patrocinada pela UE;
- Promover a cooperação concreta em domínios como a desflorestação, a exploração madeireira ilegal e o comércio associado, incluindo através da aplicação eficaz dos acordos de parceria voluntários FLEGT, lutar contra a bruma seca transfronteiras, nomeadamente pondo termo à drenagem das turfeiras, apoiar uma produção mais sustentável das matérias-primas como o óleo de palma, a borracha e o café, inverter o processo de perda de biodiversidade, lutar contra o tráfico de espécies selvagens e o lixo marinho, promover uma gestão sólida dos resíduos e produtos químicos, apoiar a segurança do aprovisionamento de água (incluindo os seus aspetos transfronteiras) e o desenvolvimento verde das zonas urbanas;
- Intensificar a cooperação UE-ASEAN no domínio da energia — o diálogo deverá incidir, em especial, na eficiência energética e na conservação da energia, nos biocombustíveis, no quadro de investimento, nas energias renováveis e no desenvolvimento de infraestruturas;
- Reforçar a cooperação regional UE-ASEAN no domínio da pesca INN, para além dos diálogos bilaterais em curso com alguns dos países membros da ASEAN; implementar regras adequadas em matéria de acompanhamento, controlo e vigilância; e
- Desenvolver a colaboração entre a UE e a ASEAN em matéria de gestão de catástrofes, nomeadamente através do reforço dos laços operacionais, da expansão das atividades de formação e da participação nos exercícios de socorro em caso de catástrofes do Fórum Regional da ASEAN

¹² <http://www.switch-asia.eu/>

(ARF) e privilegiar a implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes.

4. Cooperação sobre questões políticas e de segurança

4.1. Segurança

Nos últimos anos, a UE e a ASEAN acordaram em aprofundar a sua parceria de modo a ir além da tendência tradicional para privilegiar as questões económicas. Esta opção seguiu-se às decisões da ASEAN de começar a ocupar-se de questões de segurança, como a gestão de catástrofes, a segurança marítima, a criminalidade transnacional e a luta contra o terrorismo. Do mesmo modo, a UE tem vindo a alargar o seu papel de interveniente e de garante da segurança, incluindo através de determinadas disposições do Tratado de Lisboa que permitem seguir abordagens mais integradas em matéria de política externa.

A ASEAN deu mostras de criatividade e determinação ao colocar-se no centro da arquitetura regional, no âmbito da qual exerce competências a nível regional e mundial através de uma série de instâncias concêntricas que se sobrepõem, como a ASEAN+3 (que incluem a China, o Japão e a Coreia do Sul), o Fórum Regional da ASEAN (ARF), o processo de reunião alargada dos Ministros da Defesa da ASEAN (ADMM-Plus) e a Cimeira da Ásia Oriental (EAS).

A EAS está prestes a tornar-se o principal fórum de cooperação estratégica na região, do qual fazem parte os Estados Unidos, a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, a Austrália, a Nova Zelândia e a Federação da Rússia, mas não a UE para já. Tendo em conta as relações da UE, nomeadamente, em matéria de comércio e investimento, é claramente do seu interesse promover a estabilidade da região e uma arquitetura de segurança com maior capacidade para gerir as tensões políticas existentes na região e na qual desempenhe um papel fundamental, incluindo na perspetiva da sua futura adesão à EAS.

A ASEAN congratula-se com a oportunidade de reforçar a cooperação com a UE em matéria de segurança. Pode inspirar-se na experiência da UE em termos do enquadramento da cooperação em matéria de segurança a nível regional, e o envolvimento - ativo mas não agressivo - da União pode ajudar a ASEAN a manter em aberto uma vasta gama de opções estratégicas e continuar a ocupar uma posição central, numa altura em que as grandes potências se afirmam com cada vez maior assertividade na região.

A UE e a ASEAN deverão explorar a sua convergência de interesses e fazer das questões políticas e de segurança um dos vetores mais dinâmicos da sua cooperação, tanto no âmbito da cooperação UE-ASEAN como através de um maior envolvimento da UE no ARF, atualmente a única instância de segurança na região da qual a UE é membro.

A UE já intensificou a sua participação no ARF nos últimos anos. A Alta Representante/Vice-Presidente tem participado regularmente na reunião ministerial do ARF realizada todos os anos desde 2012. A nível de funcionários, a UE nunca foi tão ativa, assumindo a copresidência das reuniões do ARF e contribuindo para a implementação dos seus programas de trabalho. As iniciativas recentes da UE consistiram no seguinte:

- Em 2013/2014, copresidência (juntamente com o Mianmar/a Birmânia) do Grupo de Apoio Intersessões sobre Medidas Geradoras de Confiança e Diplomacia Preventiva do Fórum Regional da ASEAN e o correspondente diálogo dos responsáveis dos serviços de defesa;
- Copatrocinio, com o Brunei Darussalam, do primeiro curso de formação do ARF sobre diplomacia preventiva e mediação realizado em outubro de 2014, no Brunei; e

- Primeiro seminário de orientação da Academia Europeia de Segurança e Defesa dedicado à Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), realizado em março de 2014, no âmbito do qual foi destacada a cooperação UE-ASEAN em matéria de segurança.¹³

Embora tenham reconhecido e se tenham congratulado com a intensificação da atividade da UE no domínio da segurança, os parceiros da ASEAN questionaram a sua sustentabilidade futura. Além do interesse que a UE tem na estabilidade na região, é a capacidade da UE de desenvolver a cooperação no domínio da segurança que irá influenciar o modo como os parceiros da ASEAN percebem a sua candidatura à Cimeira da Ásia Oriental (EAS).

A segurança marítima é um dos principais desafios que as Partes partilham e um elemento fundamental da promoção, pela UE, de uma melhor governação dos oceanos. Quase 50 % da navegação marítima internacional (em tonelagem) transita pelo Mar da China Meridional. O aprovisionamento em energia, matérias primas e mercadorias que transita por estas águas reveste-se de uma importância fundamental para a maioria das economias, incluindo as da UE. Por conseguinte, a UE tem um grande interesse em manter a estabilidade e a segurança no Mar da China Meridional, assim como em respeitar o direito internacional, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). A UE tem apelado sistematicamente à resolução pacífica e cooperativa dos litígios territoriais e apoia plenamente os esforços desenvolvidos atualmente pela ASEAN e pela China com vista à adoção de um código de conduta para o Mar da China Meridional, preconizando a conclusão rápida das negociações.

A UE tomou a iniciativa de organizar o primeiro diálogo de alto nível UE-ASEAN em matéria de segurança marítima em Jacarta, em novembro de 2013, que incluiu debates aprofundados sobre pirataria, vigilância marítima, segurança dos portos e gestão conjunta dos recursos. Um segundo diálogo terá lugar em 2015, com especial destaque para a relação entre segurança marítima e luta contra a criminalidade organizada.

A iniciativa do Centro de Excelência da UE no domínio dos QBRN (riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares) permitiu criar uma rede regional eficaz em torno do seu secretariado em Manila. Os 10 Estados membros da ASEAN são parceiros desta iniciativa, que constitui uma plataforma regional para fazer face aos riscos QBRN e uma resposta fundamental aos problemas de segurança com que estão confrontadas tanto a UE com a ASEAN. A UE preconiza uma maior participação da ASEAN nesta iniciativa, o que contribuirá para garantir a sustentabilidade a longo prazo e um apoio político para o Centro.

Os outros domínios em que os interesses da ASEAN e da UE se encontram cada vez mais ameaçados e nos quais as Partes tem tudo a ganhar com uma cooperação mais estreita incluem:

- os tráfegos (de seres humanos, droga, espécies selvagens);
- a cibersegurança e a cibercriminalidade (incluindo a luta contra o abuso sexual de menores na Internet);
- a não proliferação e o desarmamento (incluindo o Tratado sobre o Comércio de Armas);
- a desradicalização e a luta contra o extremismo violento;
- a situação das minorias vulneráveis e respetivas implicações regionais;
- a mediação; e
- a observação eleitoral.

¹³ Está prevista para o segundo semestre de 2015 a realização de um segundo seminário.

Em cada um destes domínios, a UE prepara atualmente iniciativas concretas, tanto nos quadros da UE-ASEAN como do FRA, com vista a aprofundar o diálogo e explorar as possibilidades de reforçar o desenvolvimento das capacidades.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Reforçar o apoio da UE tendo em vista encontrar soluções regionais para a pirataria e outros aspetos da segurança marítima. Além da sua participação atual no Programa «Rotas Marítimas Críticas» (MARSIC), a UE irá ponderar a possibilidade de implementar atividades de desenvolvimento das capacidades no seio da ASEAN, e em colaboração com esta última, no domínio da segurança marítima (vigilância, segurança dos portos), como previsto na Estratégia de Segurança Marítima da UE e no respetivo Plano de Ação (adoção em junho de 2014)¹⁴. A UE procurará que o diálogo de alto nível entre a UE e a ASEAN em matéria de segurança marítima tenha uma periodicidade anual;
- Reforçar o diálogo sobre socorro em caso de catástrofes combinando-o com ações mais importantes em matéria de desenvolvimento das capacidades a nível da ASEAN (Centro de Coordenação da Ajuda Humanitária da ASEAN), bem como a nível nacional; alargar a outros Estados membros da ASEAN os projetos existentes no Mianmar/na Birmânia e nas Filipinas.
- Copresidir (com as Filipinas) um seminário do ARF destinado a promover a sensibilização e a cooperação com o FRA no domínio da atenuação dos riscos QBRN, a realizar em Manila em setembro de 2015;
- Organizar um seminário anual de orientação no domínio da PCSD, com destaque para a cooperação entre a UE e a ASEAN, destinado a melhorar a sensibilização para o papel cada vez mais importante desempenhado pela UE em questões de segurança e a promover, para o futuro, uma maior cooperação prática e operacional com a ASEAN e os seus Estados membros;
- Intensificar o diálogo e a cooperação sobre questões de interesse comum, como a restituição do produto do crime para lutar contra a criminalidade organizada, o tráfico de espécies selvagens, a luta contra o abuso sexual de menores, incluindo no contexto da Aliança Mundial contra o Abuso Sexual de Crianças em Linha, bem como para fazer face em conjunto ao problema dos pedófilos que operam a nível internacional; e
- Apoiar os diálogos em matéria de direitos humanos, tanto a nível regional como bilateral.

4.2 Direitos humanos

No âmbito dos esforços desenvolvidos para construir uma parceria mais madura e com maior pendor político, a UE está também interessada em trabalhar de forma construtiva com a ASEAN na promoção e defesa das normas internacionais em matéria de direitos humanos. Uma das grandes prioridades da UE neste contexto é a abolição da pena de morte na região da ASEAN. Assim, a UE congratulou-se com a criação, em 2009, da Comissão Intergovernamental da ASEAN para os Direitos Humanos (AICHR) e com a adoção, em 2012, da Declaração da ASEAN sobre Direitos Humanos.

As iniciativas específicas neste domínio incluem:

- Prestar apoio ao mecanismo dos direitos humanos da ASEAN, organizando visitas de membros da AICHR (como em 2011; estando prevista outra visita no segundo semestre de 2015) e da

¹⁴ <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2011205%202014%20INIT>.

Comissão ASEAN para a promoção e proteção dos direitos das mulheres e crianças (ACWC), que visitou a Europa, em 2013, bem como visitas do Representante Especial da UE para os Direitos Humanos (após as visitas de maio de 2013 e de novembro de 2014);

- Intensificar o diálogo e a cooperação com a AICHR (principal mecanismo de defesa dos direitos humanos da ASEAN) sobre questões como os direitos dos migrantes e as vítimas de tráfico, as empresas e os direitos humanos, a responsabilidade social das empresas, a tortura, os direitos das mulheres e das crianças, a igualdade de género e a luta contra as discriminações;
- Conferir maior importância às questões dos direitos das minorias e da pena de morte, duas questões fundamentais a abordar no quadro do diálogo estratégico com a ASEAN, o que passará nomeadamente por um processo transparente e sistemático de consulta e diálogo com a sociedade civil e outras partes interessadas; e
- Apoiar as organizações da sociedade civil e os intervenientes não estatais na região da ASEAN, incluindo através de programas específicos como o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH).

5. Evolução para uma parceria com um objetivo estratégico

A prioridade imediata consiste na definição do conteúdo essencial da parceria, na linha do segundo Plano de Ação para o Brunei e das propostas enunciadas na presente comunicação conjunta. Para o futuro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da ASEAN acordaram, em julho passado, em converter as relações UE-ASEAN, que são uma parceria «natural» ou «reforçada», numa «parceria estratégica», tendo encarregado um grupo de altos funcionários de elaborar um roteiro para a consecução deste objetivo¹⁵.

Para construir uma verdadeira Parceria Estratégica UE-ASEAN, será necessário abandonar a perspetiva atual, predominantemente bilateral, para visar antes um maior empenhamento nas questões regionais e internacionais fundamentais. Existe margem considerável para aprofundar o diálogo e alinhar posições sobre questões de âmbito mundial, incluindo:

- as alterações climáticas;
- a redução do risco de catástrofes e o reforço da resiliência;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável para o período pós-2015, incluindo a erradicação da pobreza;
- as pandemias; e
- a luta contra o terrorismo, a radicalização e os combatentes estrangeiros.

Além disso, os conflitos regionais, como na Ucrânia, as tensões no Mar da China Meridional e a questão nuclear do Irão e da Coreia do Norte, dizem essencialmente respeito a princípios de segurança fundamentais e ao modo de garantir o cumprimento do direito internacional. Partidários convictos de um multilateralismo efetivo e baseado em regras, a UE e a ASEAN têm um interesse evidente em alargar a sua cooperação sobre estas questões regionais de importância mundial. O aprofundamento desta cooperação nos diferentes setores irá reforçar os argumentos em favor da transição para uma parceria estratégica oficial, que exigirá, de ambas as Partes, um empenhamento político, bem como a nível dos recursos. A UE está disposta a desempenhar o seu papel reforçando consideravelmente as suas relações com a ASEAN e compromete-se, nomeadamente, ao seguinte:

¹⁵ No que respeita à declaração dos copresidentes, consultar: http://eeas.europa.eu/statements/docs/2014/140723_03_en.pdf.

- Empreender uma avaliação conjunta das possibilidades de êxito das negociações de um acordo de comércio livre entre as duas regiões;
- Negociar um acordo no domínio da aviação civil;
- Iniciar um diálogo estratégico UE-ASEAN sobre ambiente e desenvolvimento sustentável e reforçar o diálogo em curso sobre investigação e inovação;
- Prosseguir o diálogo e a cooperação sobre questões relacionadas com a migração e a mobilidade;
- Aumentar o seu apoio financeiro à cooperação regional com a ASEAN e à cooperação para o desenvolvimento com os Estados da ASEAN menos avançados (Camboja, Laos, Mianmar, Vietname e Filipinas) para mais de 2 mil milhões de euros para o período de 2014-2020.
- Implementar uma série de novas iniciativas relativas a questões de segurança não tradicionais (segurança marítima, assistência em caso de catástrofes, criminalidade transnacional, formações diversas sobre diplomacia preventiva, gestão de crises, mediação, Estado de direito e observação eleitoral); e
- Nomear um Embaixador residente da UE junto da ASEAN.

A reunião informal dos líderes realizada em outubro de 2014 em Milão foi coroada de êxito, pelo que deverá continuar a ter regularmente lugar, no futuro. A nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, além da reunião ministerial bianual UE-ASEAN, que entrou na velocidade de cruzeiro, e da conferência pós-ministerial (CPM) à margem do Fórum Regional da ASEAN (ARF), a Alta Representante/Vice-Presidente e os Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN poderão reunir-se aquando da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. A realização de reuniões setoriais a nível ministerial, mesmo de tipo informal, poderá assim contribuir para promover a agenda bilateral em muitos dos domínios contemplados na presente comunicação. A UE promoverá essas reuniões tanto quanto possível, incluindo à margem das reuniões ministeriais do Encontro Ásia-Europa e da Cimeira da ASEM.

A UE continuará também a promover a dimensão parlamentar das relações entre a UE e a ASEAN, apoiando nomeadamente intercâmbios mais estruturados entre o Parlamento Europeu e a Assembleia Interparlamentar da ASEAN (AIPA), como proposto na Resolução do Parlamento Europeu sobre o futuro das relações UE-ASEAN, adotada em 15 de janeiro de 2014¹⁶.

A presente comunicação conjunta apresenta ideias concretas para fazer evoluir as relações UE-ASEAN para o nível seguinte, fornecendo um quadro de cooperação setorial mais coerente e concedendo maior relevo aos aspetos políticos. Ambas as Partes têm interesse em tirar partido desta oportunidade. A presente comunicação servirá igualmente de pano de fundo para a revisão da cimeira da EEA por parte da ASEAN, incluindo o seu funcionamento e adesões futuras. A UE reúne boas condições para contribuir para os trabalhos práticos da Cimeira da Ásia Oriental (EAS) e dar, assim, seguimento aos apelos da ASEAN em prol de um maior empenhamento da sua parte. A evolução para uma parceria estratégica UE-ASEAN deverá ser acompanhada da presença da UE na mesa das discussões estratégicas da região.

A Alta Representante e a Comissão instam o Conselho e o Parlamento Europeu a subscreverem as ideias apresentadas na presente comunicação conjunta e a trabalharem de concerto na construção de uma parceria UE-ASEAN moderna dotada de um objetivo estratégico.

¹⁶ <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2014-0022+0+DOC+XML+V0//EN>